



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

PROCESSO 22.0.000012456-0
INTERESSADO ESMAT
ASSUNTO

Despacho Nº 34574 / 2022 - PRESIDÊNCIA/DIGER/ASJUADMDG

Senhor Presidente,

Trata-se de Projeto Básico da Escola Superior da Magistratura Tocantinense que tem como objetivo a contratação da instrutora **Daniela Guimarães Sales**, para ser a tutora do curso **BÁSICO DE MEDIAÇÃO EXTRAJUDICIAL – PARTE PRÁTICA**, para profissionais regularmente registrados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins - CREA/TO, servidores das Instituições Públicas Estaduais que lidam com conflitos ambientais, servidores do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA) e indígenas do Estado do Tocantins, a ser realizado na modalidade EAD, sendo a parte prática: de 1º de agosto a 16 de dezembro de 2022.

Tendo em vista os fundamentos expendidos pela ASJUADMDG (evento 4333134) e, comprovada a disponibilidade orçamentária (evento 4327588), no exercício das atribuições outorgadas pelo inciso IX do artigo 1º do Decreto Judiciário nº. 99/2013, publicado no Diário de Justiça nº. 3045, de 7 de fevereiro de 2013, e com arrimo na documentação carreada aos autos, **DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, nos termos do artigo 25, inciso II, c/c o artigo 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93, visando à contratação da instrutora **Daniela Guimarães Sales**, para ser a tutora do curso referido, a ser realizado na modalidade EAD, no período de 1º de agosto a 16 de dezembro de 2022, pelo valor de **RS 6.000,00 (seis mil reais)**, conforme proposta sob o evento 4304404.

Encaminho os autos a Vossa Excelência, com a sugestão de ratificação e publicação do ato de inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 26, *caput*, da Lei 8.666/93.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos, Diretor Geral**, em 18/05/2022, às 04:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **4333136** e o código CRC **C571C9FD**.